

A corte sem nobreza¹

Polemistas e anti-intelectualismo na mídia

Allana Meirelles*

<https://orcid.org/0000-0001-9925-8965>

A disseminação de discursos anti-intelectuais, antiacadêmicos e anticientíficos na última década, no Brasil e em outros países do mundo, tem recebido a atenção de diversas pesquisas na área de ciências sociais². De maneira geral, tal fenômeno vem sendo conectado à emergência de grupos e ideias ligados à extrema-direita, bem como ao poder das redes sociais. No caso do Brasil, as análises tendem a se concentrar nos acontecimentos da última década, quando a direita ganha força na política e no chamado “debate público”, chegando à presidência da República em 2018 (Szwaco, 2023; Meirelles, 2021; Meirelles e Fernandes, 2019; Rocha, 2018; Messenberg, 2017; Ortellado e Solano, 2016). Embora a produção de negacionismos, *fake news*, discursos contra a universidade tenha se ampliado sobremaneira nesse período, alguns indícios demonstram que a postura de antípoda tem raízes em disputas e atuações que remontam à década de 1980.

* Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil.

1. O título se refere mais explicitamente à coluna “Diário da Corte”, que Paulo Francis escreveu durante duas décadas. Mas também remete às obras *Sociedade de Corte*, de Norbert Elias; e *Nobreza de Estado*, de Pierre Bourdieu, cujas análises inspiraram este trabalho.
2. Para citar apenas alguns exemplos, há iniciativas como o GT da Anpocs, intitulado “Confrontando saberes: negacionismos, anti-intelectualismos e autoritarismos”, no qual uma primeira versão deste artigo foi apresentada. Além disso, dossiês temáticos têm sido publicados em periódicos científicos, como o *Pós-verdade, negacionismo e fake news*, na *Estudos de Sociologia*, em 2023; o *Qui a peur des sciences sociales?*, na *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, em 2022.

Em pesquisas anteriores (Meirelles, 2021), verifiquei a divisão do trabalho intelectual na mídia e a estrutura do chamado mercado de opiniões brasileiro (com o recorte de 2014-2018 e ênfase nos agentes que escreviam na grande mídia). A partir de uma perspectiva bourdieusiana, observei que tal estrutura é marcada por hierarquias e polos que se opõem em termos de capitais e trajetórias, de um lado mais ligadas à universidade e ao capital acadêmico; de outro, mais vinculadas à atuação jornalística e midiática. Nessa pesquisa, a figura do “polemista” apareceu como aquela que, no período analisado, apresentou tomadas de posição explicitamente à direita e anti-intelectuais (por vezes, inclusive, anunciadas como tais), ao passo que a universidade, as ciências humanas e, mais especificamente, os chamados de forma genérica “intelectuais da USP” eram recorrentemente acionados como alvos a serem combatidos. Buscando compreender não apenas a propagação mais recente, mas a constituição histórica e sociológica de uma determinada forma de expressão do anti-intelectualismo e/ou antiacademicismo³ nos principais veículos de comunicação do país, no período da Nova República⁴, este artigo se debruça sobre a genealogia do personagem do “polemista” que, em grande medida, encarnou esse papel na mídia.

O artigo dialoga, assim, com um conjunto de pesquisas contemporâneas que tem se dedicado a tornar inteligível parte das batalhas culturais da Nova República, analisando um espaço híbrido, entre universidade e imprensa, intelectuais e jornalistas, no Brasil pós 1980, trazendo à tona os processos de profissionalização da imprensa, especialização acadêmica, diversificação de modalidades de práticas intelectuais, disputas simbólicas em torno do domínio cultural, lutas de classificação em relação às posições de intelectual e jornalista etc. (Meirelles, 2021; Meirelles e Fernandes, 2019; Miceli, 2018; Chiaramonte, 2015) – processos sintetizados na emergência da figura do “intelectual midiático” (Pinto, 2009; Champagne, 1995; Bourdieu, 2013).

Busco esmiuçar como foi se costurando uma afinidade eletiva entre as estratégias de sobrevivência e ascensão no debate público por parte de agentes com disposições propícias a encarnar o anti-intelectualismo e determinadas demandas das instituições de imprensa e radiodifusão – ora ligadas à concorrência simbólica em torno da

3. “Anti-intelectualismo”, “antiacademicismo”, “anticientificismo” são termos que se aproximam, mas não se equivalem completamente. É possível, por exemplo, opor-se à universidade, mas não a outras modalidades de atividade intelectual; pode-se sustentar uma rivalidade com aqueles reconhecidos enquanto intelectuais legítimos, mas não ser negacionista científico. Por isso, tomo como objeto a posição do “polemista”, que, nas suas variadas formas de expressão e contextos, assume o papel de antípoda, por vezes da academia, dos intelectuais em geral e até mesmo da ciência, havendo ainda os que se opõem aos jornalistas profissionais.

4. Tematizado por autores diversos, o caso Dreyfus na França inaugura tanto o papel do intelectual moderno quanto o seu oposto, o anti-intelectual – figuras que disputam entre si e, ao mesmo tempo, se complementam (Charle, 2003; Sapiro, 2004; Passiani, 2018).

autoridade cultural e intelectual no espaço de produção de ideias mais amplo; ora às rivalidades dentro do próprio jornalismo (entre gerações de jornalistas ou entre veículos e empresas); ora às urgências mais comerciais de busca de leitores e audiência (Chiaramonte; 2015; Chiaramonte e Hey, 2018; Bergamo, 2020; Lattman-Weltman e Chagas, 2016; 2017; Meirelles, 2021). O argumento é que, gradualmente, foi se consolidando a posição de “polemista” na mídia, com performances e características específicas na Nova República, em meio a um equilíbrio instável de forças dependentes e, ao mesmo tempo, concorrentes entre si (Elias, 2001), associadas à universidade, ao mercado editorial, aos diversos perfis de jornais e revistas, aos canais audiovisuais, à internet etc.

O artigo partirá da trajetória da figura que se consagrou, nos relatos memorialísticos publicados em jornais, revistas, livros e documentários, como o “maior polemista da imprensa brasileira das últimas décadas do século passado” (Frias Filho *apud* Nogueira, 2010, p. 73): Paulo Francis, autor da coluna “Diário da Corte”. Seguirá para análise de seus “herdeiros” e admiradores – ou seja, colunistas da grande imprensa brasileira que disputaram o seu legado; adotaram estratégias similares em termos de discurso, performance e autorrepresentação; ou foram reconhecidos, ao menos em parte, pela grande imprensa como potenciais substitutos. Entre eles estão: Arnaldo Jabor, Diogo Mainardi, Luiz Felipe Pondé, Reinaldo Azevedo, Olavo de Carvalho, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiuza e Leandro Narloch. As análises empreendidas neste artigo partiram sobretudo de perfis escritos nos principais jornais do país – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – e em uma revista especializada em assuntos concernentes ao próprio jornalismo – *Revista Imprensa*, nas décadas de 1990, 2000 e 2010. Além disso, foi utilizado como fonte de pesquisa o livro biográfico sobre Paulo Francis: *Paulo Francis – polemista profissional* e o documentário *Caro Francis*, além de entrevistas concedidas, por exemplo, ao programa *Roda Viva*.

Esses materiais foram produzidos dentro das mesmas lógicas que atravessam os agentes analisados (quando não publicados pelas mesmas instituições que os lançaram e/ou abrigaram) e muitas vezes têm teor marcadamente laudatório e em poucas situações explicitamente aviltante, de modo que foram tomados como fontes, mas antes de tudo como objeto de análise. Assim, o propósito foi captar as repetições no discurso, as estratégias narrativas, as supressões e os exageros que, intencionalmente ou não, operaram na construção do que a literatura especializada considera como “identidade estratégica” dos agentes (Collovald, 1988; Reis, 2020) ou ainda “figuração pública” dos personagens (Pinheiro, 2024). É na correlação entre a “representação do autor oferecida ao público” (*Idem*, p. 17), os modos de apresentação de si (Goffman, 1985), as estratégias das instituições para consagrarem os nomes

vinculados à sua história (e, consagrando certos jornalistas e intelectuais midiáticos, disputam a própria autoridade) (Bourdieu, 2013, pp. 281-282), as modalidades de prática intelectual (Sapiro, 2012) e jornalística (Neveu, 2006; Champagne, 1995; Bergamo, 2020), os jogos de interdependência e a construção da posição (Elias, 2001), as condições sociais de existência dos indivíduos (seus dados de trajetória) e das instituições (suas inserções no jogo de forças do mercado de opiniões) – ou seja, o encontro entre o *habitus*, o espaço de possibilidades e as tomadas de posição (Bourdieu, 2015b; 2013) – que sobressai a construção histórica da posição do polemista – anti-intelectual – na mídia brasileira.

O ficcionista do jornalismo

“Polemista profissional” é o subtítulo do livro biográfico de Paulo Francis, mas é também o modo como o próprio se considerava (Nogueira, 2010). A primeira parte da designação, acionada nas inúmeras homenagens que recebeu em vida e depois de sua morte, era seguida por complementos como “o maior” ou “o último” do Brasil. Conectando seu detentor a uma posição de suposta raridade, “polemista” carregava então um verniz de nobreza. A combinação dos termos referia-se a uma figura que, com “certo temperamento” e “técnica”, “provoca ódios impublicáveis em pessoas e círculos” (Nogueira, 2010, p. 71). O par expressa uma posição dupla: de um lado, conectada a um conjunto de regras e práticas consolidadas, remetidas à racionalidade profissional; de outro, representada como singular e passional, fruto de certo carisma (Weber, 2015). Tal duplicidade não se limitava ao perfil de Francis, mas às próprias estratégias de modernização e competição mercadológica da imprensa paulista, especificamente da *Folha de S.Paulo*.

Antes de se inserir na *Folha*, em 1975, Francis foi crítico teatral, viveu a turbulência política e cultural do período ditatorial e as reformas em direção à americanização da imprensa (Nogueira, 2010). Em 1971, mudou-se para Nova York, de onde buscava “registrar os impasses do império americano” (Sá, 2012), cobrindo a política estadunidense e as últimas tendências culturais e de estilo de vida, em um mundo ainda não conectado. Chegou a receber uma bolsa da Fundação Ford. Foi contratado para a *Folha* por Cláudio Abramo, em um momento em que o periódico abandonava a postura cordial com o regime militar e voltava a publicar editoriais. Na época, Paulo Francis era ainda conhecido como de esquerda, tendo sido trotskista. Como afirmado por seu biógrafo: “Numa época pré-globalização e pré-internet, a coluna abria janelas para o mundo cultural e comportamental ao qual poucos brasileiros tinham acesso” (Nogueira, 2010, p. 54). Ali começavam a se delinear as pretensões culturais da *Folha de S.Paulo* (Chiaromonte, 2015).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo *Projeto Folha*, que visava à modernização do periódico e era levado a cabo por uma “nova elite” de jornalistas, que se opunha em termos de trajetórias e modalidades de prática profissional à geração de Paulo Francis. Jovens estudantes da USP, muitos deles colegas do herdeiro Otavio Frias Filho, foram recrutados em um momento de identidade entre o periódico e a universidade, rompido pelo caso da “Lista dos improdutivos”, em 21 de fevereiro de 1988 (*Idem*). Na ocasião, o jornal publicou uma lista elaborada pela reitoria da USP elencando os nomes dos professores que supostamente não tinham publicações entre 1985 e 1986. Na época, Francis escreveu o artigo “Nos EUA, acadêmico que não publica está morto”. Por um lado, acionava a lógica do “*publish or perish*” das ciências norte-americanas; por outro, o modelo diletante de conhecimento e a função social do professor: “o acadêmico, pelo menos em tese, é um homem ou mulher que teve o lazer para adquirir conhecimento que o norteie na vida e tem a obrigação, como mestre da juventude, de passá-lo adiante e de ser um exemplo vivo para os jovens” (Francis, 1988). De um modo ou de outro, associava os docentes da USP à incompetência ou à sem-vergonhice, lançando mão, ao mesmo tempo, de argumentos “morais” e artifícios “cômicos” (*Idem*).

A “Lista dos improdutivos”, como analisou detidamente Aline Chiaramonte, visava a traçar para o jornalismo da *Folha* uma posição independente em relação tanto à política quanto ao universo intelectual consagrado, baseando-se em princípios como independência, pluralismo e apartidarismo e disputando com a USP o lugar de baluarte cultural (Chiaramonte, 2015). Não à toa, o jornalismo cultural da *Folha*, concentrado sobretudo no caderno *Ilustrada*, substituiria a conexão com a universidade e seus professores pela ênfase nos produtos da indústria cultural (Lima, 2013): “O caderno passou a destacar a cultura pop e o mercado cultural, a criar e alimentar polêmicas, a tratar com irreverência obras e artistas considerados “intocáveis” por representarem a luta contra a ditadura” (Pinto, 2012, p. 86).

Institucionalmente, a imprensa passava por um momento de transição, dedicando-se à modernização e à busca por certa independência. Individualmente, Paulo Francis caracterizava-se pelo distanciamento em relação às instituições formais de ensino (acompanhado da afirmação de certa superioridade de seus investimentos em relação à formação oficial), pelas experiências no campo da arte (especialmente o teatro) e pela pretensão de erudição (expressa nas declarações sobre sua avidez literária, por exemplo). O encontro entre o contexto e o *habitus* permitia a sobrevivência da posição do “polemista profissional” no jornal – apesar das tendências de racionalização jornalística – e, ao mesmo tempo, a consagração dessa posição – visto que tal forma de atuação havia se tornado rara e era ocupada por uma figura com certo nível de prestígio.

Ainda assim, com o tempo, o que era trunfo foi se mostrando um empecilho ao projeto da *Folha*. Por um lado, Francis personificava a “polêmica” e a “irreverência” – propostas da *Ilustrada* (Gonçalves, 2008, p. 282); por outro, distanciava-se dos parâmetros do jornalismo profissional – esperados, sobretudo, nas editoriais ditas “sérias”, como política, economia e internacional (Marchetti, 2005). Em 1989, encenou uma controvérsia pública com Caio Túlio Costa, então *ombudsman* da *Folha*, que trouxe à tona tais contradições. Após um artigo de Francis contra Lula, durante as eleições daquele ano, o jornal recebeu uma série de críticas dos leitores, a que o *ombudsman* respondeu no artigo “Petismo, Paulo Francis e o mito de Narciso”, distinguindo o Francis das editoriais de economia e internacional do personagem que escrevia na *Ilustrada*:

[...] não se deve cobrar jornalismo nesse tipo de artigo que Francis faz. Ali ele é mais o Francis ficcionista, o cronista dos tempos. Diz besteiras e coisas sábias. Escreve o que muitos pensam e não ousam falar em voz alta. É preconceituoso, vulgar, chuta alguns dados, é o Paulo Francis de sempre – irreverente e destemido (Costa, 1989).

Francis se ofendeu por ser questionado enquanto jornalista (Francis, 1990) e ter sua credibilidade e profissionalismo em xeque, diante do anúncio de suas imprecisões, chutes, leituras malfeitas, achismos⁵. Nesse sentido, o episódio é expressivo tanto como ilustração da mudança por que a imprensa brasileira vinha passando, quanto de sua contradição. O processo de profissionalização (com aplicação de normas de apuração e escrita) que exigia o distanciamento da intelectualidade uspiana, da crítica acadêmica e estimulava polêmicas públicas, cultura pop, figuras controversas também afastava a prática jornalística do exercício diletante, espontâneo, impulsivo⁶. Jornalismo e polemismo ora se afastavam, ora se encontravam. Apontado como o “último polemista de uma imprensa cada vez mais acomodada e avessa ao legítimo debate” (*Revista Imprensa*, 1990, p. 30), Paulo Francis pouco a pouco não poderia mais ser caracterizado como jornalista (Costa *apud Revista Imprensa*, 1990, p. 29).

Tentando conciliar pretensões em boa medida inconciliáveis – autoridade cultural e competição mercadológica ferrenha, credibilidade profissional e apelo ao público –, a imprensa se servia da figura do “polemista”, mas buscava deixá-la circunscrita ao lugar caricato, tal qual o que Francis ensejou – sobretudo a partir de sua atuação na Rede Globo, de 1981 em diante, com, inclusive, imitações do

5. Tais práticas seriam hoje consideradas como *fake news*. Sobre isso, ver Miguel, 2022.

6. Tais transformações também são apontadas como parte de um processo de americanização do jornalismo brasileiro, iniciado décadas antes (Ribeiro, 2003). Nesse sentido, o jornalismo se afastava do modelo francês, em que “trabalhar para um jornal é uma posição de expectativa pelas verdadeiras carreiras da literatura e da política” (Neveu, 2006, p. 26).

humorista Chico Anysio. Separava-se progressivamente a posição daquele que apura e respeita as regras internas (o repórter profissional) e aquele que opina de modo mais pessoal, em primeira pessoa (o “polemista”, “cronista”, “ficcionalista do jornal”), demonstrando também os processos de diversificação interna e divisão do trabalho. Incorporando o polemista como um personagem teatral, como ele próprio entendia, Francis assumia: “Gosto de plateia, quero mantê-la cativa, afinal vivo disso há quarenta anos” (Silva, 2017) – revelando que, apesar das frequentes emulações de erudição, ele jogava no polo mais submetido às pressões da audiência (Bourdieu, 2015b).

Se, por um lado, a sedução da plateia garantia um corpo de leitores e espectadores para as empresas de comunicação, respondendo às urgências econômicas imediatas, por outro, os recorrentes erros factuais de Francis colocavam em xeque a credibilidade profissional e a autoridade que a *Folha* tanto vislumbrava, enfraquecendo sua legitimidade jornalística (Champagne, 1995). Assim, a celeuma foi encerrada com um artigo da direção do jornal, intitulado “*Folha* aplica seu manual e encerra polêmica”, recorrendo aos procedimentos afirmados pelo *Manual de redação*, um dos frutos do *Projeto Folha*. Marcava, desse modo, a posição de árbitro e priorizava as regras profissionais em detrimento da polêmica. Naquele momento, Francis já vinha perdendo o lugar de “mito intocável” e era rebaixado ao segundo lugar no índice de preferência dos leitores da *Folha* (*Revista Imprensa*, 1990). Na liderança, chegava o sociólogo formado pela USP e colunista de economia, Joelmir Beting – o que evidenciava não apenas a disputa entre figuras individuais, mas entre formas de conhecimento (diletaante × especializado), temáticas/disciplinas (cultura/comportamento × economia), performances (agressiva, cômica × precisa, didática) e, conseqüentemente, modalidades de intervenção política (Sapiro, 2012). Menos explícita, porém, era a interdependência entre tais posições, apesar de todas as contendas. Francis ensinava, no debate cultural e na performance polêmica, o que vinha se instalando no circuito econômico e técnico, ou seja, um receituário estadunidense, a defesa de uma posição antiestatal e o elogio ao capitalismo: “[...] o Estado assumir e administrar [...] leva à perpetuação da miséria, do atraso, da estagnação. Capitalismo no Brasil é uma questão de sobrevivência” (Francis, [1985] 2012).

Em 1990, Francis se transferiu para *O Estado de S. Paulo*, a convite do então diretor Augusto Nunes⁷, empenhado em bater a concorrência da *Folha*, em “trazer para o jornalão da família Mesquita o cetro perdido da polêmica e da modernidade

7. Mais contemporaneamente, Augusto Nunes alinhou-se ao bolsonarismo, sendo inclusive um dos criadores da revista *Oeste*, em 2020, apresentada explicitamente como “conservadora”, a favor de mais capitalismo e do Estado mínimo.

na Imprensa brasileira” e desfazer a pecha de jornal envelhecido ou de “mausoléu redecorado” (*Revista Imprensa*, 1991, p. 20). Foram as marcas de “ousadia” e “polêmica” que fizeram de Paulo Francis o trunfo na competição entre os dois periódicos paulistas: “Arrebataram o principal colunista do maior concorrente era, pois, como ter Pelé jogando a seu lado” (Nogueira, 2010, p. 8). Assim, o *Estadão*, que competia mercado, mas também a representação de “inovação” e “qualidade”, valia-se do recurso que outrora havia atraído leitores para a *Folha*.

De um lado, o *Estadão* afirmava o aumento das vendas e do interesse no jornal por causa do novo colunista; de outro, a antiga casa de Francis buscava frisar sua decadência (*Revista Imprensa*, 1991). Em 1996, por exemplo, o colunista formado em Ciências Sociais pela USP, Marcelo Coelho – da mesma geração de Caio Túlio Costa e Otavio Frias Filho –, dizia: “Sente-se [Paulo Francis] vocacionado, contudo, à provocação. Provocação que fazia sentido quando ele escrevia na *Folha* nos anos 80. Passou para *O Estado* e não percebeu, creio, que funciona ali como o ‘id’ babante do leitor estadônico da terceira idade” (Coelho, 1996). E acrescentou: “A provocação que ele exerce contra a esquerda, no *Estado*, cai no vazio, e é ao mesmo tempo mais escandalosa do que antes, pois significa apenas adesismo” (*Idem*). Ou seja, não era o polemismo em si que sustentava prestígio e ares de vanguarda, mas a combinação entre a figura polêmica e o jornal pretensamente “plural”, “profissional”, “apartidário” e todas as outras representações que a *Folha* defendia para si. Ali, Coelho ainda afirmava “Temos assim um intelectual tomado pela doença do anti-intelectualismo” (*Idem*).

No fim da década de 1990, a força do “anti-intelectualismo” passava a ser detectada. O próprio herdeiro e diretor de redação da *Folha*, Otavio Frias Filho (1957-2018), publicou em 1997 um artigo intitulado “A vitória de Merquior”, em que elencava os nomes de representantes “liberais” e “conservadores” que atuavam contra certos inimigos comuns:

Nesta década Nelson Rodrigues foi canonizado, Paulo Francis e Roberto Campos foram consagrados, Arnaldo Jabor converteu-se em polemista, o escritor Olavo de Carvalho acaba de virar capa de revista, o poeta Bruno Tolentino deflagrou controvérsias violentíssimas. Os anos 90 são uma era de intenso revisionismo cultural. É pena que José Guilherme Merquior não tenha vivido para presenciar a vitória, embora os que combatem sob sua insígnia continuem a lutar encarniçadamente, como se estivessem cercados num desfiladeiro sem se dar conta de que o adversário sumiu (Frias Filho, 21 ago. 1997).

Tais inimigos – “o marxismo, a psicanálise, o estruturalismo, qualquer sistema totalizante que pretenda subordinar o comportamento humano à suposta ação de forças impessoais, invisíveis e inconscientes” (Frias Filho, 1997) – estariam represen-

tados pela USP e sua intelectualidade “hegemônica”, de mentalidade “‘progressista’ – vagamente humanista e de esquerda”. Ainda pelos olhos de Frias Filho, se a influência dessa intelectualidade se expandiu para os meios artísticos e jornalísticos, e ganhou “força moral” no combate e na perseguição da ditadura, ela teria “colapsado” ao final da década de 1980 e nos anos 1990, com a mudança do mundo, tornando-se meramente “destroços”, “espancados” pelos “revisionistas” (*Idem*). A oposição marcada entre polemistas liberais e conservadores contra “intelectuais progressistas da USP” continuará, porém, presente nos debates das décadas subsequentes (Meirelles, 2021).

Herdeiros do “francismo”

A despeito das críticas internas, a *Folha de S.Paulo* foi, ao longo dos anos, buscando preencher o vácuo deixado por Francis na *Ilustrada*. O primeiro substituto foi Arnaldo Jabor, que anos antes havia participado de polêmica pública no jornal justamente com ele e, na década de 1960, tinha sido seu interino na crítica teatral do *Última Hora*. De alguma forma, repetia-se a fórmula de sucesso: Jabor era cineasta, havia participado do movimento estudantil nos anos 1960 e de um jornal de vanguarda, o *Metropolitano* (que ele chamava de “avô” da *Ilustrada*) (Jabor *apud* *Imprensa*, 1993). Na *Folha*, envolveu-se em algumas controvérsias e, diante da acusação de que vinha deixando de ser de esquerda, respondia: “a verdadeira esquerda sou eu [...]” (*Idem*).

Jabor defendia a mistura entre realidade e ficção: “Acho que objetividade no Brasil não dá conta da loucura nacional. Você é obrigado a criar fantasia para explicar a realidade, porque a nossa realidade é tão ficcional que só a ficção dá conta dela” (*Revista Imprensa*, 1996). Nessa mesma entrevista, criticou Fernando Henrique Cardoso por achar que “sociologia e ciência política podem explicar os fenômenos brasileiros”. Acionava seu passado de ficcionista como trunfo na compreensão da realidade brasileira e citava Nelson Rodrigues como cartada de legitimação (escritor, inclusive, que inspirou vários de seus filmes). Nelson já foi analisado como o “último grande folhetinista brasileiro” e “o melhor exemplo de contaminação entre jornalismo e ficção” (Costa, 2005, p. 241).

Jabor seguiu os trilhos de Francis: tornou-se comentarista da Rede Globo em 1995, substituiu-o no *Manhattan Connection* após sua morte (1997-2002) e, nos anos 2000, moveu-se da *Folha* (1991-2001) para o *Estadão* (Moraes, 2004). Após a morte de Francis, Jabor passou a disputar seu espólio: “de certa forma, eu sou um discípulo do Francis, um jornalista extraordinário. Uma pessoa da maior importância no novo jornalismo brasileiro, com suas opiniões e aquela enorme irreverência crítica, o primeiro a tratar a esquerda sem respeito” (Jabor *apud* Moraes, 2004). Apresentado como “irreverente”, “iconoclasta”, de “gestualidade teatral”, sobretudo

por sua atuação televisiva, Jabor aderiu à posição de celebridade aclamada e odiada pelo público. Ao ser questionado se não seria paradoxal um “cineasta integrante do Cinema Novo [...] ter se tornado um comunicador por excelência”, ele respondeu: “Eu nunca gostei de fazer filmes incomunicáveis. Fazer filmes pensando no sucesso e no agrado do público é uma atitude mais do que legítima, desde a Grécia antiga” (*Idem*) – mais uma vez, a demonstração semiconsciente dos agentes de suas dependências em relação às lógicas da audiência (Bourdieu, 2015b). Como o obituário da *Folha* apontou, foi sua atuação na imprensa, no rádio, mas principalmente na TV que deu a ele a visibilidade que nunca teve no cinema (Haddad, 2022). Falecido em 2022, foi lembrado nos jornais por suas obras cinematográficas, mas principalmente pelo papel de “polemista inconformado”.

Com Arnaldo Jabor, Diogo Mainardi disputaria o lugar daquele que mais “encarna[ria] o francismo” na imprensa brasileira (Venceslau, 2005; Alcântara, 2007), chegando a ser chamado por seus detratores de um “subproduto de Paulo Francis” (Velooso *apud* Merten, 2003). Iniciado na revista *Veja* na área de cultura, tornou-se colunista da mesma no final dos anos 1990 e substituiu Jabor no *Manhattan Connection* em 2003. Morando em Veneza, recuperava o tom depreciativo em relação ao Brasil presente na postura do mestre e se contrapunha a Jabor – como adversários cúmplices, que por combate iam consagrando a posição de polemista: “Ele é um torcedor, eu não. Ele quer o bem, eu quero o mal. Somos antípodas. Ele faz polêmica a favor... eu contra” (Mainardi *apud* Venceslau, 2005). A partir dos comentários sobre cultura, Mainardi foi se movendo cada vez mais para os debates políticos, transformando a oposição ao PT em mote preferido: “A minha função era debochar com liberdade, ironizá-lo [Lula] [...] Eu não sei se é verdade, eu confio em qualquer um que me diga algo negativo a respeito do presidente da República, então eu publico” (Mainardi, 2012).

Em uma época em que o jornalismo profissional e suas regras deontológicas haviam se estabelecido, Mainardi já não se dizia “jornalista”, lugar que Francis chegou a reivindicar: “Não tenho fonte, não sou jornalista e não quero usurpar o lugar deles” (Mainardi, 2012). Dizia-se “cronista”, baseava-se em sua “intuição”, afirmava que a crítica vinha de um ponto de vista “sempre cultural” e, quando confrontado pelos limites que teria ultrapassado, justificava-se como alguém que estava “debochando”, fazendo “piada” do presidente e não uma apuração jornalística: “Eu acho absurdo que alguém seja processado e tenha que pagar por uma piada. [...] Eu não queria passar para política [...]. Eu queria estar nas páginas de Cultura, de Artes e Espetáculos. [...] Era o que eu saberia fazer. Eu não sou Dora Kramer”. Além disso, afirmou: “A política foi divertida, porque eu pude discutir questões culturais, que se transformaram em morais e policiais, mas não porque eu escolhi assim, mas porque o governo

enveredou por essa linha” (*Idem*). Nessa entrevista, realizada em 2012, Mainardi chegou a afirmar ter deixado de vez a política. Em 1º de janeiro de 2015, porém, lançou o *site O Antagonista*, com a intenção declarada de derrubar o governo Dilma.

Nas entrevistas que concedem, as oposições colocadas vão ajudando a desenhar a posição e a representação que esses polemistas fazem de si: as críticas à universidade e às ciências sociais (“uma gana danada de ridicularizar, debochar da obra sociológica dele [FHC]”), por um lado, e a negação da posição de jornalista (“Eu não sou Dora Kramer”; “não quero o Pulitzer”), por outro, traçam um lugar que não é o do repórter profissional, muito menos o do intelectual acadêmico. O deboche, por um lado, e o denunciamento contra corrupção, por outro, vão associando a figura descompromissada, descontraída com a do cidadão indignado defensor da moralidade pública. Mais ainda, Mainardi argumentou nessa mesma entrevista que a oposição entre esquerda e direita não faria mais sentido. Na narrativa, a combinação entre o lugar daquele que supostamente não tem vínculos, sejam eles profissionais ou políticos, e a função de incomodar o poder e fugir do “conformismo” da imprensa opera como exaltação de uma posição que reivindica para si o reconhecimento da independência e coragem (atributos simbólicos historicamente ligados à consagração do jornalista e mesmo do intelectual, sobretudo no período da ditadura militar – Moraes, 2017; Meirelles, 2021). Mascaram, porém, para o leitor e, muitas vezes, para os próprios, o lugar de subserviência que ocupam em relação aos chefes e editores; a dependência que possuem em relação às vendas dos jornais e revistas, à elevação da audiência dos canais de rádio e TV; a subordinação às lógicas econômicas e políticas dominantes (Meirelles, 2021). Além disso, ao lançarem mão do humor, do deboche, da ironia⁸, buscam se afastar de qualquer tipo de responsabilização sobre suas palavras – uma associação cômoda que permite uma via de mão única, em que apontam as hipocrisias de todos, mas não podem ser incomodados em suas atuações.

Polemismo na era da blogosfera e das redes sociais

Nos anos 1990, os colunistas-jornalistas vinham ganhando espaço nos periódicos, mesclando análise política e econômica com apuração jornalística. A exigência do diploma de jornalismo, nas décadas anteriores, levou vários nomes experientes a converterem seus trunfos em capacidades administrativas para ocuparem os cargos de chefia ou a se transferirem para o colunismo político ou econômico como formas de se manterem nas redações (Abreu, 2017). Vários desses colunistas ganhavam esses espaços menos para a reprodução de opiniões de caráter pessoal – como no

8. Fenômeno, aliás, que não está restrito aos polemistas ou à direita.

caso dos colunistas-polemistas – e mais como resultado da atividade de repórter, ligada à apuração, à conversa com fontes, à busca por pontos de vista diferentes, ao tom mais analítico. De alguma maneira, jornalistas experientes passavam a se distinguir dos jovens profissionais diplomados que entravam nas redações por meio da ocupação dessa posição de “colunista”, opondo as “narrativas sem autor”, de um lado, à “autonomia” das posições de maior prestígio, de outro (Bergamo, 2020). Mantinham, ainda assim, as experiências de reportagem como capital simbólico do ofício (*Idem*), o que se distinguia em grande medida das formas de legitimação dos colunistas-polemistas (Meirelles, 2021).

O confronto entre modalidades de prática profissional ligadas ao jornalismo, de forma geral, e ao colunismo, mais especificamente, se expressa, de alguma forma, nas recorrentes críticas à imprensa dos anos 1990 e início dos anos 2000. Repetidas vezes, ela seria chamada de chapa-branca, conformista, governista, tanto no governo de FHC quanto no primeiro mandato de Lula (Venceslau, 2005). Em várias dessas críticas, é justamente a “polêmica” que aparece como contracorrente, alternativa aos textos menos opinativos e pretensamente “imparciais”. A perspectiva mais técnica no jornalismo encontrava-se com a ascensão dos *experts* (especificamente, os economistas) enquanto elites dirigentes e intelectuais, na economia e na política (Dezalay e Garth, 2000). Como adversários cúmplices, tais modos de atuação consolidavam a uma só vez a posição de quarto poder da imprensa (que defendia para si o lugar também de baluarte moral da sociedade brasileira) e de avessa ao Estado (construído como centro de imoralidades, corrupções e ineficiências): no debate intelectual e cultural, os polemistas se concentravam sobretudo nas críticas e oposições já mencionadas, além do elogio ao *american way of life* e suas formas de gestão e financiamento intelectuais e culturais; no político e econômico, jornalistas e *experts* trabalhavam especialmente na sedimentação do vocabulário mercadológico e liberal (privatização, gestão eficiente, abertura do capital etc.) (Meirelles, 2020).

De maneira geral, o desenvolvimento da internet acarretou mudanças nas mídias ditas tradicionais, com a hiperconcorrência (entre os veículos e entre os próprios profissionais) e a consequente precarização do trabalho (Adghirni, 2012; Pontes e Mick, 2018). O impacto do novo meio se atrelou a um conjunto de crises econômicas e políticas, que se conectava a fatos como: o endividamento das grandes corporações de mídia devido aos grandes investimentos na informatização e à deterioração do Real (Gonçalves, 2008; Pilagallo, 2012); a perda de fatias publicitárias (inclusive estatais) por parte da imprensa em benefício dos meios eletrônicos e da internet, durante o governo Lula (Lattman-Weltman e Chagas, 2016; 2017). A fim de sobreviver à concorrência, os jornalões – que investem não apenas nos ganhos comerciais, mas também nos jogos de poder – adotaram como estratégia a “(re)

partidarização”, priorizando um público fiel de assinantes, com o qual alimentava afinidades políticas (*Idem*).

Se a partidarização tem certo custo e limites (em termos de intensidade e tipos de tomadas de posição) na imprensa, na internet, sem qualquer regulação, a lógica predominante é a do nicho e, portanto, todas as formas de ideologização encontram espaço (Lattman-Weltman e Chagas, 2017). Assim, as possibilidades abertas pelo novo meio (seja pela entrada de grandes portais na concorrência com as empresas de comunicação tradicionais; seja pela possibilidade de atuação profissional em *blogs*), associadas às crises políticas – como a do Mensalão, ocorrida justamente neste momento de transição –, também provocaram a multiplicação dos jornalistas e outros profissionais dedicados à produção e à reprodução de opiniões políticas. Repórteres experientes saídos da grande imprensa, discordantes das formas de cobertura política de determinados episódios políticos, criaram *blogs* que ficaram conhecidos como “progressistas” e se pretendiam alternativos em relação aos grandes jornais, revistas e canais – os quais passaram a chamar de Partido da Imprensa Golpista (PIG) (Guazina, 2013). Seguindo essas tendências, os próprios veículos tradicionais começavam a investir em *blogs*, muitos deles comandados por figuras “polêmicas”, revigorando a prática. É interessante notar, aliás, como uma certa continuidade entre as lógicas dos cadernos de cultura e as da blogosfera é recorrentemente traçada: “A *Ilustrada* foi a internet da década de 80” (Gerald Thomas *apud* Gonçalves, 2008, p. 5); “os autores [do caderno] têm licença para o exercício do personalismo e da iconoclastia” (*Vêja São Paulo apud* Gonçalves, 2008, p. 5).

Também o biógrafo de Francis afirmou que ele poderia “ser considerado um pioneiro dos blogueiros”: “Francis nos abria horizontes com o ‘Diário da Corte’, sua coluna de comentários secos, personalíssimos e escritos em jorros, sem revisão – uma espécie de *blog avant la lettre*” (Nogueira, 2010, p. 8). A modalidade que, na década de 1990, vinha se tornando rara, com a internet, tornou-se uma jogada estratégica, em termos econômicos, políticos e culturais. O colunismo, a uma só vez, barateava o custo da produção jornalística (em comparação às grandes coberturas e reportagens), atendia a demanda por opiniões diversas relacionadas aos nichos da internet e muitas vezes gerava polêmicas e, conseqüentemente, atraía o público. Se antes passar a colunista significava prestígio profissional, esse posto foi se tornando mais ambíguo: pode ainda indicar consagração, credibilidade, legitimidade; mas pode também configurar-se como um lugar mais vulnerável às oscilações políticas e culturais visando justamente à linha de frente de determinados combates que garantem audiência aos veículos de comunicação (Meirelles, 2021). Com isso, vários nomes foram ganhando mais espaço para disputar o lugar de “polemista profissional”, antes anunciado como derradeiro pela morte de Paulo Francis.

Nesse jogo, as revistas também tiveram atuação crucial. A *Veja* se tornou um dos veículos mais empenhados no antipetismo nos anos 2000 e 2010. Desde finais da década de 1990, as revistas vinham assumindo jogadas mais agressivas de competição, com a entrada da *Época* no mercado em 1998. Buscava-se o furo de reportagem, “em que o governo invariavelmente aparecia como alvo das investigações. Essa dinâmica marcaria toda a segunda metade do primeiro mandato de Lula” (Pilagallo, 2012, p. 297). Além de Mainardi, a *Veja* teve, entre 2006 e 2017, Reinaldo Azevedo como articulista e blogueiro – outro nome que ficou conhecido por sua ferrenha oposição ao PT. Azevedo tinha sido editor-chefe nos anos 1990 e início dos anos 2000 de uma revista identificada como mais à direita do espectro político – a *República*. Na *Veja*, Reinaldo tornou-se um dos *blogs* mais acessados do Brasil, com 200 mil visualizações diárias em 2013 (Demario, 2013). Assumia-se como um liberal-conservador, um representante da direita, “católico” e “caipira”. Utilizava-se de certo humor, mas colocava-se sobretudo como uma espécie de porta-voz da maioria da população brasileira, “conservadora” (*Idem*)⁹.

A revista *República*, que Reinaldo Azevedo havia chefiado, foi um dos primeiros canais da imprensa a dar visibilidade a outro nome do polemismo: o filósofo autodidata Olavo de Carvalho, que se tornou capa da revista em 1997, após a publicação do livro *O imbecil coletivo* e que, à época, tinha pretensões de se estabelecer como crítico cultural. Antes disso, Olavo havia ganhado do então diretor de redação de *O Globo*, Evandro Carlos de Andrade, um espaço no jornal para criticar um parecer negativo ao seu artigo “Uma filosofia aristotélica da cultura”, recebido do comitê editorial da revista *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (Orsini, 1994; Carvalho, 2001). A celeuma recebeu algumas páginas do periódico. Desde então, ele passou a se dedicar a acusações e detrações de professores universitários e jornalistas em artigos da imprensa, livros e, posteriormente, em postagens de redes sociais. Nos anos 2000, Olavo se tornou colunista de dois periódicos das Organizações Globo: o jornal *O Globo* e a revista *Época*, então comandada pelo já citado Augusto Nunes. Não ficou muito tempo. De todo modo, continuou escrevendo artigos na imprensa, no *Diário do Comércio*, e aparecendo na grande mídia. Em 2006, sua entrevista na *Ilustrada* foi intitulada “‘USP é templo da vigarice’, diz Olavo”, em que associava os professores da universidade à corrupção:

O que quer que venha da boca de Chauis e Giannottis é sempre camuflagem, pose, hipocrisia. Essa gente já deveria estar embalsamada faz muito tempo em alguma espécie de IML intelec-

9. Reinaldo Azevedo, no entanto, passou a converter suas posições políticas a partir da prisão de Lula e da eleição de Jair Bolsonaro, sendo exaltado inclusive entre os petistas.

tual. Cansei de ouvir besteira. “Intelectual de esquerda”, seja tucano, petista ou qualquer outra porcaria, tem para mim a confiabilidade de uma nota de R\$ 3. A USP sempre foi o templo da vigarice intelectual, e o sujeito que começa com safadeza no campo das ideias acaba sempre inventando algum mensalão para se remunerar do esforço de embrulhar a plateia (Carvalho *apud* Gonçalves, 2006).

Olavo de Carvalho, que se tornou uma espécie de guru do governo Bolsonaro, vislumbrava posições, reconhecimentos e legitimidade intelectual – historicamente associada à universidade no Brasil (Pinheiro, 2011). Olavo não se contentava mais em criticar os professores e as universidades nas páginas dos jornais, como um representante da imprensa em busca da autoridade cultural no debate público. Buscava ser levado a sério como filósofo e professor. Percebendo que tal reconhecimento jamais viria por parte dos setores legitimados da vida intelectual brasileira e que havia na internet uma possibilidade de atuação, potencializou os anti-intelectualismos e negacionismos já presentes.

Da segunda metade dos anos 2000 em diante, a partir do Mensalão, a aliança entre a oposição à intelectualidade uspiana e o combate à corrupção encontrou um terreno fértil para se difundir enquanto perspectiva crível – tal como nesse artigo de Olavo. Os discursos contra o politicamente correto, a esquerda, os professores da USP, os petistas e comunistas, os defensores dos direitos humanos, associando-os a bandidos e corruptos, foram se tornando gradativamente mais presentes nos canais de televisão e rádio, nos jornais e revistas, nos *blogs* e redes sociais nascentes (Messenberg, 2017; Meirelles, 2021). O circuito estabelecido entre grandes meios de comunicação, internet e produções editoriais foi ampliando a abrangência e a difusão das ideias desses polemistas. Ao mesmo tempo que a mídia chamada “tradicional” temia as “novas mídias”, elas também estabeleciam cooperações e redes comuns. Acomodados nos principais jornais e revistas do país, eventualmente convidados para entrevistas e comentários em programas de rádio e televisão, com *blogs* com alto volume de visitas, livros *best-sellers* e seguidores em redes sociais, os polemistas foram se multiplicando no debate público, alastrando seus modos de atuação.

Além disso, o período Lula viu também crescer o modelo chamado de “jornalismo popular” (Lattman-Weltman e Chagas, 2016), o que impactou não apenas economicamente o espaço da produção jornalística, mas também seus padrões estilísticos. Os autores mostram como os ditos “jornais populares” apostaram em uma jogada diferente daquela operada pelos “jornalões”: em vez de investir em fidelizar o público de assinantes e garantir certo prestígio diante dos lances publicitários, eles priorizaram uma abordagem “abrangente do ponto de vista político, na maior parte das vezes, simplesmente evitando a contenda, ou, quando necessário, incorporando uma linguagem

que procura satirizar igualmente os dois extremos no espectro político-ideológico” (*Idem*), vendo assim sua circulação crescer e seus títulos multiplicarem. “O resultado é um jornalismo ‘tabloidizado’ e ‘populista,’ acima de suspeição e compromisso que não o com sua própria base de leitores”, afirmam os autores. Mais do que isso, é possível identificar também o caráter antipolítico, a tendência à equiparação dos polos, à construção de uma narrativa sobre ausência de vínculos, que se combinam em alguma medida com as disposições dos polemistas. É possível ainda pensar em como a estética desse “jornalismo popular” – especialmente, aquela presente no noticiário policial e futebolístico – acabou afetando outros tipos de produção, inclusive aqueles voltados ao “debate de ideias” e, sobretudo, o polemismo.

O mercado editorial também passou por transformações (Silva, 2018). No final dos anos 2000 e início dos anos 2010, editoras como a Record e a Leya investiram nos livros antipetistas, sob o argumento de que haveria uma demanda reprimida pelos pensamentos liberal e conservador (Borges, 2015). As redes sociais estavam surgindo e chamavam a atenção pelas pretensas possibilidades de publicações “sem filtro”. Os jornais *mainstream* ampliavam seus representantes da polêmica: Rodrigo Constantino foi convidado por João Roberto Marinho a escrever em *O Globo*, assim como foi chamado pela *Veja* para ter um *blog*, a partir das conexões estabelecidas via o *think tank* Instituto Millenium; Guilherme Fiuza tornou-se também colunista d’*O Globo* e da revista *Época*; Luiz Felipe Pondé foi convidado por Otavio Frias Filho a escrever na *Ilustrada* “para quebrar o coro dos contentes”; Leandro Narloch virou blogueiro da *Veja* e colunista da *Folha*.

O período que vai de junho de 2013 à eleição de Jair Bolsonaro em 2018 foi marcado pelo que se chama de “emergência da (nova) direita” (Rocha, 2018). Os nomes que já estavam presentes no mercado de opiniões foram recrutados por empresas interessadas em se valer do antipetismo latente, tais como a rádio Jovem Pan e a Gazeta do Povo. Nos canais, as oposições foram ganhando ares mais violentos, com brigas ao vivo, xingamentos, vocabulário cada vez mais policial e agressivo. A euforia nas redes sociais, desdobradas em movimentos de rua, aguçava o escancaramento dos limites. As batalhas em torno do arbítrio cultural entre jornalistas e acadêmicos, que antes se concentravam em artigos e editoriais dos grandes jornais e tinham pretensões de erudição e autoridade cultural, se alastraram pelo circuito: imprensa – TV e rádio – mercado editorial – *blogs* e redes sociais. Tomaram uma proporção de “guerra cultural” com a internet e reconfiguraram seus centros de disputa: não mais a imprensa profissional buscando legitimidade intelectual diante da universidade, mas agora a lógica midiática e polêmica contra as instituições formais – o próprio jornalismo profissional (do qual foram progressivamente se afastando), mas sobretudo as universidades. Se o conjunto das batalhas tomou

forma de uma “guerra”, elas também se ramificaram em disputas entre os próprios polemistas e, então, assumidos representantes da “direita”.

Considerações finais

Os nomes citados no artigo são alguns dos que, no mínimo, já se afirmaram admiradores da performance de Paulo Francis e, no máximo, tentaram disputar seu espólio¹⁰, substituindo-o em diversos postos e aderindo às suas posições políticas, performáticas e narrativas. Os vários textos, livros e vídeos memorialísticos sobre Paulo Francis destacam as características que se tornaram comuns em sua modalidade de prática profissional/intelectual: a tênue fronteira entre ficção e realidade, a invenção de fatos, as citações tomadas de outros autores como se fossem suas, os chutes dados como afirmações peremptórias, a criação de um personagem para atuação na televisão, o temperamento como fator decisivo de seus sucessos e fracassos, a suposta erudição, a oposição ao politicamente correto, a expressão recorrente de preconceitos (racismo, machismo, preconceito contra o Nordeste etc.), o fato de ser um certo precursor das lógicas associadas à internet e sua perspectiva liberal-conservadora. A consagração de Francis pela imprensa brasileira – que, desde sua morte, exalta em perfis de homenagem sua “coragem”, “inteligência”, “irreverência”, “carisma” e “singularidade” diante do comum das redações, além de ele ter se tornado um dos nomes mais bem pagos – intensifica a sedução da posição de “polemista”.

Paulo Francis e seus herdeiros compartilham entre si propriedades sociais que revelam um *habitus* comum: a aproximação com produções artísticas ou ficcionais, como o teatro e o cinema; a frustração por não terem se tornado artistas com o reconhecimento que ambicionavam (seja como escritores, seja como diretores de cinema); o distanciamento em relação às instituições formais de educação (embora os mais velhos tenham passado por escolas de elite e prestígio); o apelo ao autodidatismo e ao diletantismo; além da transição da esquerda para a direita do espectro ideológico (em vários dos casos). Os mais velhos e mais dominantes entre os polemistas tendiam a ancorar suas atuações e legitimidade relativa em certo lastro cultural e na mobilização de recursos performáticos no intuito de imprimir ares de intelectualidade e certo elitismo – visíveis nos cenários, vestimentas e trejeitos em programas como o *Manhattan Connection* –, nem sempre com efeito.

10. Para outros dados sobre origens sociais, trajetórias de formação e profissionais, conversões e reconversões em termos de tomada de posição, lógicas de justificação das escolhas políticas desses agentes, ver Meirelles, 2021.

Os desdobramentos da atuação de Francis, porém, foram cada vez mais se afastando do lastro cultural e do ar de “elite” que ele imprimiu ao seu papel. Dos cadernos de cultura dos principais jornais do país, eles foram se movendo para a televisão, para os *blogs* e, mais recentemente, para as redes sociais (vídeos no *You Tube*, *podcasts*, *posts* no *Orkut*, *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* etc.). Os textos descritos como intrigantes, bem escritos, com jogos de palavras e humor (tal como são referidas as colunas do “Diário da Corte”) foram sendo substituídos pela performance na televisão, com entonações e aspectos teatrais (trajeto feito, inclusive, por Francis), e mais recentemente pelas frases de efeito, os cortes planejados, as caras de deboche, indignação e agressividade, nos vídeos, áudios e *posts* das redes sociais. As expressões classistas, típicas de Francis, já não se podem enunciar da mesma forma. Passou-se, então, a reverberar a preocupação com o “povo”, com “o cidadão brasileiro”, externalizada nas escolhas de cenários, vestimentas, vocabulários e gestualidades; proferida em afirmações como as de que a maioria da população seria conservadora; de que o liberalismo beneficia o povo e o Estado o explora; de que eles próprios compartilham os valores e gostam de falar para “gente comum”.

Certos polemistas contemporâneos, vivendo nos Estados Unidos, até buscaram emular as conexões e o modo de vida que Francis chegou a sustentar, escrevendo o “Diário da Corte” a partir de Nova York. Porém, já não se conectavam ao *establishment* do país – no máximo, estabeleceram conexões com outros “gurus” da extrema-direita como Steve Bannon, no caso de Olavo de Carvalho. A expressão de certo estilo de vida de uma elite cosmopolita – com comentários sobre teatro e ópera, jantares em restaurantes caros etc. – de Francis foi substituída pela encenação do “homem comum” por Olavo de Carvalho, que combinou em seu filme *O jardim das aflições* elementos que remetiam à intelectualidade (livros, música clássica, sebo) aos sinais de uma “vida simples”, ou melhor, de um “cidadão de bem” (armas, chapéu de cowboy, oração antes da refeição, talheres empilhados em um pote, copos de plástico e garrafinhas de Coca-Cola pela mesa, esposa servindo o marido). As semelhanças na construção da “figuração pública” (Pinheiro, 2024) são muitas, mas, enquanto Francis buscava produzir identificações com o que era pretensamente raro e nobre, Olavo mobilizava o supostamente comum e simples. Este não seria capaz de ser Francis, visto que não detinha os mesmos trunfos (mesmo que buscasse emulá-los) para se inserir na “corte”. Aquele não poderia ser Olavo, justamente porque seus trunfos não o deixavam sobreviver fora da “corte” (onde tinha posição relativamente dominada). De todo modo, agarraram-se ao que podiam para que a posição continuasse a existir e eles sobrevivessem. A partir dos jogos de interdependência e das redes de pressões e colaborações em que estiveram inseridos (Elias, 2001; Bourdieu, 2015b), Francis conseguiu alguma legitimidade diante da intelectualidade estabelecida –

seja na imprensa dominante, seja entre os acadêmicos da USP¹¹ –, enquanto Olavo conquistou “corações e mentes” de uma parcela da população que aderiu ao projeto da extrema-direita dos últimos anos.

A posição de polemista enseja, assim, diversas contradições, uma vez que os agentes buscam a legitimidade adotando discursos de contraposição ao estabelecido e dependendo de certo “carisma” (Weber, 2015), mas é ao mesmo tempo encarnada por figuras inseridas no *establishment* midiático, que defendem a ordem econômica e política e que rotinizam certas práticas e performances (como pretendentes a “profetas”, porém, sem raridade – Bourdieu, 2015a). Na inter-relação entre as disputas simbólicas e comerciais da imprensa brasileira e os *habitus* específicos de certos homens dispostos a encarnar a figura do “antípoda”, “irreverente”, “impoliticamente correto” etc., é que se foram sedimentando tais características. As empresas de comunicação não podiam mais dispensar a atuação polêmica, como cartada na concorrência mercadológica, mas também política e cultural (em resposta às ondas ideológicas do momento e na disputa no mercado de produção de ideias mais amplo), garantindo a permanência e a proliferação deste posto, que em termos coletivos ganhou poder. Ao mesmo tempo, a posição perdeu prestígio, já que se desvinculou do titular carismático, despersonalizando-se e valendo-se de um exército de reserva de profissionais ávidos por um lugar no chamado “debate público”, principalmente aqueles despossuídos de trunfos acadêmicos e/ou profissionais-jornalísticos¹², que foram, na internet, se proletarizando em certo sentido e, também por isso, gerando identificação com um público mais amplo. Os polemistas do momento dos diversos veículos de comunicação foram a cada crise ou onda sendo substituídos por outros nomes (com exceção de alguns que, ancorados em certos capitais, conseguiram se manter)¹³. Crentes na possibilidade de se tornarem o novo Francis (ou, mais recente-

11. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, participou do documentário *Caro Francis*.

12. Embora possam ter alguma formação universitária ou mesmo atuação profissional, elas, em geral, não se constituem como distintas no mercado de opiniões, diante da expansão do acesso ao ensino superior e do crescimento da oferta de jornalistas no Brasil (Meirelles, 2021). Tampouco esses agentes possuem os elementos necessários à ocupação da posição de “militante”, também possível nas redes (*Idem*), já que são homens, brancos, sendo a maioria de classe média. No máximo, conseguem a atuação como “militantes liberais”. Passaram, então, a se direcionar a esse lugar, figuras que, malgrado busquem mobilizar símbolos de certa legitimidade (como certificações, referências literárias, publicações de livro, autodidatismo, certos hábitos e até uma determinada narrativa de vida dramática), só conseguem efeito sobre um público incapaz de reconhecer tal manejo. Os efeitos da competição acadêmica sobre aqueles que perdem um lugar outrora garantido foram tematizados por Bourdieu (1989).

13. Do mesmo modo, há os jornais, revistas e canais mais resistentes a tal lógica, mantendo por mais tempo suas figuras caricatas (como a *Folha*, com Luiz Felipe Pondé, por exemplo) e oferecendo a elas mais estabilidade e prestígio; e outros que investem mais sofregamente nesta operação (como a Jovem Pan e seus diversos comentaristas), promovendo famas instantâneas e quedas tão súbitas quanto.

mente, Mainardis, Pondés, Olavos etc.), eles foram se jogando na concorrência com outros pretendentes e posições, lançando mão dos recursos mais violentos – como se viu em casos de apologias ao nazismo, agressões ao vivo e xingamentos constantes. A ineficácia dos arremedos que tentam dar conta de suas ausências em termos de trunfos vai escanteando homens que ocupam essas posições, ainda que obtenham alguma fama passageira, restando a eles a estridência e a caricatura. Com a figura do polemista perdendo espaço entre a intelectualidade estabelecida, ainda que se multiplicando na mídia, e os indivíduos tentando sobreviver no debate, agarram-se justamente ao anti-intelectualismo. Os homens se vão, a posição fica.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves. (2017), *Desafios da notícia: o jornalismo brasileiro ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. (2012), “Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência”. In: PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione Oliveira & ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs.). *Jornalismo e sociedade: Teorias e metodologias*. Florianópolis, Insular, vol. 1, pp. 61-79.
- BERGAMO, Alexandre. (maio-ago. 2020), “‘Antigos’ e ‘novos’ no jornalismo brasileiro dos anos 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 19 (45): 337-368.
- BOURDIEU, Pierre. (2013), *Homo academicus*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- BOURDIEU, Pierre. (2015a), “Gênese e estrutura do campo religioso”. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (2015b), “O mercado de bens simbólicos”. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- CHAMPAGNE, Patrick. (1995), “La double dépendance”. *Hermès*, 17-18.
- CHARLE, Christophe. (set. 2003), “Nascimento dos intelectuais contemporâneos”. *História da Educação*, Pelotas, 14: 141-156.
- CHIARAMONTE, Aline. (2015), *Lutas simbólicas e doxa: jornalistas e acadêmicos no caso da “lista dos improdutivos” da USP*. 214f. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, USP.
- CHIARAMONTE, Aline & HEY, Ana Paula. (maio/ago. 2018), “Que a USP descanse em paz! Disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980”. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 17 (39): 250-276.

- COLLOVALD, Annie. (jun. 1988), "Identité(s) stratégique(s)". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 73: 29-40.
- COSTA, Cristiane. (2005), *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. (jun. 2000), "A dolarização do conhecimento técnico-profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000". *RBCS*, 15 (43).
- ELIAS, Norbert. (2001), *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Zahar.
- GOFFMAN, Erving. (1985), *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes.
- GUAZINA, Liziane Soares. (2013), "Jornalismo que tem lado: o caso dos blogueiros brasileiros 'progressistas'". *Brazilian Journalism Research*, 9 (2): 68-87.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando & CHAGAS, Viktor. (2016), "Mercado futuro: A economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 59 (2): 323-356.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando & CHAGAS, Viktor. (maio-ago. 2017), "Insegurança, (re)partidarização e 'fogo amigo': a economia política da mídia na Era Lula". *Revista Eptic*, 19 (2): 51-74.
- LIMA, Marcelo. (2013), *Jornalismo cultural e crítica: a literatura brasileira no suplemento Mais!*. Curitiba, Editora UFPR; Chapecó, Argos.
- MARCHETTI, Dominique. (2005), "Subfields of specialized journalism". In: BENSON, Rodney & NEVEU, Erik. *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge, UK, Polity Press, pp. 64-84.
- MEIRELLES, Allana. (2021), *Opiniões à venda: Oposições políticas e divisão do trabalho intelectual na mídia*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- MEIRELLES, Allana & FERNANDES, Dmitri. (2019), "A direita mora do mesmo lado da cidade: Especialistas, polemistas e jornalistas". *Novos Estudos Cebrap*, 38 (1): 157-182.
- MESSENBURG, Debora. (2017), "A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros". *Revista Sociedade e Estado*, 32 (3): 621-647.
- MICELI, Sergio. (2018), "Palestra: Intelectuais, mídias e universidade pública em contexto de peleja". *Plural*, 25 (1): 172-177.
- MIGUEL, Luiz Felipe. (2022), "O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do 'jornalismo como sistema perito'". *Tempo Social*, 34 (2): 195-216.
- MORAES, Vaniucha. (2017), *A elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização*. 481 p. Florianópolis, tese de doutorado em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NEVEU, Erik. (2006), *Sociologia do jornalismo*. São Paulo, Edições Loyola.

- ORTELLADO, Pablo & SOLANO, Esther. (2016), “Nova direita nas ruas?”. *Perseu*, 11 (7): 169-180.
- PASSIANI, Enio. (jan./abr. 2018), “Figuras do intelectual: gênese e devir”. *Sociologias*, Porto Alegre, 20 (47): 16-47.
- PINHEIRO, Fernando. (2011), “Intelectuais: perfil de grupo e esboço de definição”. In: BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 268-277.
- PINHEIRO, Fernando. (2024), *O mago, o santo, a esfinge*. São Paulo, Todavia.
- PINTO, Louis. (2009), *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Brois-sieux, Éditions du Croquant,.
- PONTES, Felipe & MICK, Jacques. (2018), “Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil”. *Anais Compós*, Belo Horizonte.
- REIS, Eliana Tavares dos. (jul./dez. 2020), “‘Confissões políticas’ de mulheres parlamentares”. *Repocs*, 17 (34).
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. (2003), “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 31: 147-160.
- ROCHA, Camila. (2018), “*Menos Marx, mais Mises*”: uma gênese da nova direita brasileira. 232 f. São Paulo, tese de doutorado em Ciência Política, Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.
- SAPIRO, Gisèle. (2012), “Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês”. *Revista Pós Ciências Sociais*, 9 (17): 19-50.
- SILVA, Leonardo Nóbrega. (dez. 2018), “O mercado editorial e a nova direita brasileira”. *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, 13 (2): 73-84.
- SZWACO, José. (2023), “Négationnisme, antimondialisme et défense de la liberté dans le ‘réactionnarisme’ brésilien contemporain”. *Brésil(s)*, 23.
- WEBER, Max. (2015), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Material analisado e citado

- ALCÂNTARA, AlexSander. (mar. 2007), “Estilista da esculhambação”. *Revista Imprensa*, 221: 84-86.
- BORGES, Rodolfo. (1º ago. 2015), “A direita brasileira que saiu do armário não para de vender livros”. *El País*, São Paulo.
- CARVALHO, Olavo. (30 jun. 2001), “Lógicas paradoxais”. *Revista Época*.
- COELHO, Marcelo. (18 set. 1996), “Paulo Francis é a Carmem Miranda do caos”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- COSTA, Caio Túlio. (26 nov. 1989), “Petismo, Paulo Francis e o mito de Narciso”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.

- DEMARIO, Camilla. (dez. 2013), “Ímpar entre seus pares”. *Revista Imprensa*: 28-32.
- FRANCIS, Paulo. (21 fev. 1988), “Nos EUA, acadêmico que não publica está morto”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- FRANCIS, Paulo. (2012), “O guerreiro Roberto Campos”. In: *Diário da Corte*. São Paulo, Três Estrelas.
- FRANCIS, Paulo. (25 fev. 1990), “Um episódio melancólico”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- FRIAS FILHO, Otavio. (21 ago. 1997), “A vitória de Merquior”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. (2008), *Pós-tudo: 50 anos de cultura na Ilustrada*. São Paulo, Publifolha.
- GONÇALVES, Marcos Augusto. (23 set. 2006), “‘USP é templo da vigarice’, diz Olavo”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo.
- HADDAD, Naief. (16 fev. 2022), “Jornalista feito para a TV, foi um provocador nato, incisivo e teatral”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo.
- MAINARDI, Diogo. (20 ago. 2012), “Entrevista ao Roda Viva”. *Roda Viva*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UJcT3vT40hk>, consultado em 18/09/2023.
- MERTEN, Luiz Carlos. (18 dez. 2003), “Caetano solta o verbo na volta de ‘Cinema falado’”. *O Estado de S. Paulo*.
- MORAES, Renato. (set. 2004), “A arte do polemista”. *Revista Imprensa*: 10-14.
- NOGUEIRA, Paulo Eduardo. (2010), *Paulo Francis: polemista profissional*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ORSINI, Elizabeth. (27 jan. 1994), “Um parecer errado acaba em escândalo”. *O Globo*, Rio de Janeiro.
- PILAGALLO, Oscar. (2012), *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de d. Pedro 1 a Dilma*. São Paulo, Três Estrelas.
- PINTO, Ana Estela de Souza. (2012), *Folha explica Folha*. São Paulo, Publifolha.
- REVISTA IMPRENSA. (jan. 1991), “Bateu, levou”. *Revista Imprensa*: 20-26.
- REVISTA IMPRENSA. (jul. 1996), “Entrevista com Arnaldo Jabor”. *Revista Imprensa*: 49-57.
- REVISTA IMPRENSA. (mar. 1990), “Lord Francis no caldeirão dos nativos”. *Revista Imprensa*: 28-36.
- SILVA, Edgar. (4 fev. 2017), “Há 20 anos, morria Paulo Francis, protagonista de debate com o primeiro ombudsman da Folha”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo. Disponível em <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/04/ha-20-anos-morria-paulo-francis-protagonista-de-debate-com-o-primeiro-ombudsman-da-folha/>, consultado em 18/09/2023.
- VENCESLAU, Pedro. (jul. 2005), “O amado algoz da nova esquerda”. *Revista Imprensa*, 203: 10-14.

Resumo

A corte sem nobreza: polemistas e anti-intelectualismo na mídia

A proposta do artigo é traçar a gênese da posição de “polemista” da imprensa, que mobiliza o anti-intelectualismo como principal estratégia, no Brasil da Nova República. A partir da correlação entre trajetórias sociais, modos de prática intelectual e jornalística, figurações públicas, estratégias das instituições e configuração das linhas de força no espaço de produção e reprodução de opiniões no Brasil do final dos anos 1980 a 2018, busca-se tornar sociologicamente inteligível a difusão de visões anti-intelectuais e antiacadêmicas na mídia. O artigo traça a constituição, a sedimentação e a proliferação de uma posição que garante sua permanência e seu poder coletivo, mas ao mesmo tempo se despersonaliza, se rotiniza e perde prestígio.

Palavras-chave: Polemistas; Anti-intelectualismo; Imprensa; Intelectuais; Direita.

Abstract

The court without nobility: polemicists and anti-intellectualism in the media

This paper intends to present a genesis of the polemicist position in the press, which mobilizes anti-intellectualism as the main strategy, during the period of the New Republic in Brazil. Based on the correlation between social trajectories, modalities of intellectual and journalistic practices, public representations, strategies of the institutions and the configuration of lines of force in the space of production and reproduction of opinions in Brazil from the late 1980s to 2018, we seek to make intelligible the diffusion of anti-intellectual and anti-academic views in the media. The article traces the constitution, sedimentation and proliferation of a position that guarantees its permanence and collective power, but at the same time becomes depersonalized, routinized and loses prestige.

Keywords: Polemicists; Anti-intellectualism; Press; Intellectuals; Right-wing.

Texto recebido em 10/05/2024 e aprovado em 03/10/2024.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2024.225072.

ALLANA MEIRELLES é professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Araraquara. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Graduada em Comunicação Social/Jornalismo e em Ciências Sociais/Sociologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com intercâmbio na Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Coordenadora do Grupo de estudos e pesquisa “Cultura, intelectuais e mídia”. E-mail: allana.meirelles@unesp.br.

